

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO****AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO MOTOCICLETA, PARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL.**

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Defesa Civil
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, Lei nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 599/2020; Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/1993, Decreto nº 10.024/2019, Portaria Interministerial/ME Nº 424/2016 e Lei Complementar 123/2006.
1.4	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93;

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	214931	VEÍCULO DO TIPO MOTOCICLETA , zero km 0(zero) km, ano/modelo 2023/2023; categoria: on/off round, com baú de cor preta de 40 litros incluso; motorização: 4 tempos; refrigeração a ar; potência mínima: (gasolina) 20,7 cv (8.000 rpm); potência mínima: (etanol) 20,9 cv (8.000 rpm), torque mínimo: (gasolina) 2,1 kgf.m (6.500 rpm); torque mínimo: (etanol) 2,1 kgf.m (6.500 rpm); cilindrada mínima: 249 cc; taxa de compressão mínima: 9,8: 1; alimentação: injeção eletrônica; freio dianteiro: disco hidráulico com sistema anti bloqueio; freio traseiro: disco hidráulico; tipo de combustível: gasolina/etanol; transmissão: 5 velocidades; suspensão dianteira: garfo telescópico com curso de 220 mm; (suspensão) / 220 mm (roda) balança traseira tipo monocross com link com curso de 65 mm, (suspensão) / 204 mm (roda); sistema de partida: elétrico; incluindo todos os equipamentos exigidos pelo código de trânsito brasileiro e demais itens de serie. 3 (três) primeiras revisões por conta da fornecedora. Garantia mínima de 03(três) anos. Emplacamento e licenciamento do ano da compra inclusos.	Und.	01

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente aquisição possui o fito de atender as necessidades do Setor Operacional no que concerne a regular atendimento a população em *demandas de prevenção* e a reparação dos danos causados e contenção daqueles próximos de ocorrerem na infraestrutura urbana, oriundos de eventos fortuitos que venham afetar o bem estar da população no todo ou em parte e, também, as medidas que venham a aliviar os danos físicos e/ou materiais que tenham ocorrido, e/ou evitar e minimizar os efeitos daqueles que estejam próximos de ocorrer ;

3.1.1 Justifica-se a aquisição de veículo, tipo motocicleta, considerando que, em muitas ocasiões emergenciais, mesmo as viaturas 4x4 enfrentam dificuldades para acessar lugares mais estreitos ou sofrem com atrasos em vias de muito fluxo, a motocicleta é um meio de transporte veloz, que possibilita um deslocamento mais ágil e que a aquisição de motocicleta como veículo de apoio às operações, com rápido deslocamento na cidade e/ou em locais de difícil acesso, ocasionará uma resposta operacional mais rápida e segura quando da solicitação de urgências e emergências;

3.1.2 O Veículo adquirido será utilizado por servidores habilitados e capacitados para conduzir o mesmo, mediante ao planejamento operacional elaborado por esta Secretaria, tendo em vista a necessidade de deslocamento rápido de seus servidores, para efetivação, tanto de medidas preventivas, quanto emergenciais e a respostas de eventos adversos, como:

3.1.3 Situações de desastre:

3.1.3.1 Em caso de impedimento de acesso e interrupção de fluxo nas vias para veículos, inclusive para veículos 4x4:

- Acionamento manual das sirenes do sistema de alerta e alarme municipal;

3.1.3.2. Em caso de pessoas que estejam ilhadas e ou não possam sair de suas casas, pois o acesso está prejudicado:

- Levar medicamentos a essas pessoas;
- Levar alimentação e água;
- Transportar profissionais técnicos para prestar os primeiros socorros.

3.1.4 Situações normais:

3.1.4.1 No serviço diário:

- Maximizar a eficiência dos serviços prestados, com redução de custos e tempo envolvidos na realização de suas atividades, necessitando de veículo de locomoção eficiente e eficaz, atendendo as demandas com a qualidade necessária. Onde será possível realizar os trabalhos com mais agilidade e presteza, quando necessária a locomoção nas áreas rurais e urbanas deste município. A aquisição da motocicleta é essencial para agilizar com precisão, rapidez, as demandas na execução das tarefas diárias.

3.2 Neste caso, em específico, a Administração Pública Municipal, necessita do equipamento, motocicleta, assim sendo, a solução inequívoca, no presente caso. se traduz na aquisição do veículo especificado.

4 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1 Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme preconiza a Lei 10.520 de 2002, bem como o Decreto nº 10.024 de 2019 e Decreto Municipal nº 599/2020;

5 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

5.2 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Sendo sócio,

proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.3 Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

6.1.1	Elemento de Despesa:	44.90.52-06
6.1.2	Ficha / Fonte de Recurso:	00002 - 1500
6.1.3	Programa de Trabalho:	35001.0412200012.002

6.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-000.**

7 DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo não superior a 90 (noventa) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato, se for o caso)

Nome do Requisitante	Secretaria Municipal de Defesa Civil
Endereço	Av. Alberto Braune, 223 – Centro – Nova Friburgo-RJ
Horário de Entrega	Segunda a sexta-feira, das 09 às 17 h.

7.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior

7.3 verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.5 Os bens serão recebidos no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório após a verificação da qualidade e quantidade de material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

7.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. ENTREGA TÉCNICA

- 8.1 A CONTRATADA deverá proceder a entrega em dias e horários previamente agendados junto a CONTRATANTE, informando em um prazo não inferior a 48 horas.
- 8.2 A entrega será feita juntamente com responsável técnico contratado pela CONTRATADA, afim de demonstração e conferência do funcionamento dos implementos, veículo e equipamentos.
- 8.3 O veículo deverá, no ato da entrega, estar acompanhado de seus respectivos implementos, certificado de garantia de todos os equipamentos e implementos, devidamente assinado e carimbado pela empresa vencedora, manual de peças e manutenção em meio físico e digital.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 suas modificações definidas no Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

- 11.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;
- 11.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 11.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;
- 11.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;
- 11.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;



11.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

11.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

1.1 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

12.1.1 Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

12.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990)

12.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

12.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.1.6 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Defesa Civil, para representá-la na execução do Contrato;

12.1.7 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

12.1.8 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

12.1.9 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Defesa Civil;

13 . DA GARANTIA

13.1 O prazo de garantia mínima do(s) bem(ns)/produto(s) adquirido(s) será de no mínimo **03 (três) anos**, ou prazo superior fixado pelo fabricante, o qual deverá estar expresso na proposta, contado a partir da data de expedição do Termo de Recebimento Definivo. Para os casos em que a garantia do fabricante for superior a 03 (três) anos prevalecerá a que for mais vantajosa para a Administração.

14 MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

16.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Luiz Carlos Pereira de Freitas	207.038	Gestor titular
Alexandre Sanglard	207.623	Gestor substituto
Maicon da Silva Figueira	199.190	Fiscal titular
Roosevelt Raphael B da Silva	100.233	Fiscal substituto

16.3 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

16.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.1 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.2 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:



17.3 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.3.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

19.4.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.4 O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

17.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18 . DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

18.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores técnicos administrativos, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

19 . DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

19.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

19.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

19.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

19.3.1 Advertência;

19.3.1 Multa:

19.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

19.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta

19.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

19.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

19.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

19.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

19.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

19.5 As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

19.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 Não será admitida a subcontratação do objeto

21. DA RESCISÃO

21.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Defesa Civil o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

21.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

21.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Defesa Civil;

21.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Defesa Civil.

21.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 10 de fevereiro de 2023.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:



Luiz Carlos Pereira de Freitas
Matr.: 207.038

Maicon da Silva Figueira
Matr.: 199.190

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo
O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Evi Gomes da Silva
Secretário Municipal de Defesa Civil
Mat. 62.014